

# CONTRA O PL 4330 DAS TERCEIRIZAÇÕES

*e as medidas provisórias 664 e 665 adotadas pelo governo Dilma*



A aprovação do texto base do PL 4330, das terceirizações, que ocorreu no último dia 8, na Câmara dos Deputados, é um ataque histórico aos direitos dos trabalhadores. Se implementado, o PL 4330 abre a possibilidade de empresas públicas e de economia mista contratarem trabalhadores terceirizados para atividades-fim. O projeto não garante a isonomia de direitos entre terceirizados e trabalhadores e promove acordos coletivos diferenciados. Além disso, o PL das Terceirizações deve reduzir a abertura de novos concursos públicos, já que a administração pública ficaria autorizada a terceirizar mão de obra, fazendo com que muitas funções deixem de ser preenchidas por seleção pública.

Esse projeto ameaça gravemente os direitos trabalhistas no Brasil, conquistados em séculos e que custaram greves, demissões, perseguições e mortes. A desregulamentação do trabalho interessa diretamente aos empresários para aumentar a lucratividade a partir da exploração no trabalho. Auxílio alimentação, auxílio creche, férias, décimo terceiro salário, FGTS, a jornada semanal: todos esses são direitos que estão ameaçados. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) será coisa do passado.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em comparação com o trabalhador direto, o terceirizado tem uma jornada de três horas a mais por semana, além de ficar no emprego 2,6 anos a menos e ter salário 27% menor. A mesma pesquisa aponta que 80% dos acidentes de trabalho ocorrem com terceirizados, que enfrentam péssimas condições de trabalho e grandes dificuldades para se organizarem enquanto categoria. É uma falácia que mais empregos serão gerados. O que teremos serão demissões em “empresas mãe” para que o serviço seja prestado pelas terceirizadas. Para abrir mais vagas necessitaríamos sim de redução de jornada, mas com a desregulamentação do trabalho, ao contrário, a jornada aumentará.

Todos os setores serão atingidos: privado, estatal e serviço público. Nas empresas privadas teremos a regulamentação do desrespeito às leis trabalhistas que já acontece em muitas empresas, mas eles terão respaldo para tal desrespeito. Nas estatais sofreremos milhares de demissões para a contratação pelas empresas terceirizadas. Os concursos públicos que garantem emprego com direitos serão desnecessários, não acontecerão mais a partir do momento que o serviço poderá ser prestado por empresas terceirizadas.

A Câmara dos Deputados deve votar durante esta semana as emendas do projeto, que será então enviado para votação no Senado Federal, passando posteriormente pelas mãos da presidente Dilma Rousseff. Isso permite que organizemos lutas para barrá-lo.

**Colabore com o processo de mobilização da ADUFERPE e SINTUFEPE contra esses ataques aos direitos trabalhistas!**

A maior parte dos 25 deputados federais que compõem a bancada pernambucana votou a favor do Projeto de Lei (PL) 4330, conhecido como PL das Terceirizações, que regulamenta e amplia a terceirização, precariza as condições de trabalho e reduz direitos. Entre os 324 parlamentares favoráveis ao projeto de lei, 18 são de Pernambuco.

## Conheça os deputados pernambucanos que votaram a favor do PL 4330 das terceirizações:



## O que queremos:

- Arquivamento do PL 4330 das terceirizações.
- Revogação das MPs 664 e 665, que atacam o seguro desemprego, o PIS, as aposentadorias e pensões.
- Contra os cortes no orçamento das verbas da educação e saúde.
- Contra o ajuste fiscal e as reformas dos governos federal, estaduais e municipais.
- Pelo fim das demissões e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários.
- Em defesa da Petrobrás 100% Estatal. Punição, confisco dos bens e prisão de todos os corruptos e corruptores, desde o governo FHC.
- Pela suspensão do pagamento da dívida pública aos banqueiros.